

# PERSPETIVAS HISTORIOGRÁFICAS E EPISTEMOLÓGICAS DE ALLAN MEGILL E JOSÉ MIGUEL SARDICA

EXPOSTAS, RESPETIVAMENTE, NAS OBRAS  
*HISTORICAL KNOWLEDGE, HISTORICAL ERROR*  
E *VERDADE E ERRO EM HISTÓRIA*

DUARTE DE BABO MARINHO\*; NUNO BESSA MOREIRA\*\*

**Resumo:** Esta investigação, situada na história da historiografia, estuda perspetivas historiográficas e epistemológicas de Allan Megill e José Miguel Sardica expostas, respetivamente, nas obras *Historical Knowledge, Historical Error* (2007) e *Verdade e Erro em História* (2008), enquadrando a temática do erro num contexto mais vasto, que tenha em conta os percursos biobibliográficos. Esta abordagem tem ainda como objetivo diminuir a escassez de estudos teóricos sobre o erro na historiografia, analisando as posições de Allan Megill e José Miguel Sardica. Metodologicamente concretiza-se num esforço tendencialmente comparativo, cruzando aspetos sociológicos, contextuais e conceptuais e materializando uma análise de conteúdos, concluindo que embora errar seja humano ambos os estudiosos encaram negativamente o erro, como algo parcialmente oposto à verdade.

**Palavras-chave:** Allan Megill; José Miguel Sardica; Erro; Historiografia.

**Abstract:** This research, based in the history of historiography, examines the historiographical and epistemological perspectives of Allan Megill and José Miguel Sardica, respectively, in *Historical Knowledge, Historical Error* (2007) and *Verdade e Erro em História* (2008), considering error in a wider context, taking into account bio bibliographic trajectories. This approach also aims to reduce the scarcity of theoretical studies on the error in historiography, analysing the positions of Allan Megill and José Miguel Sardica. Methodologically, a comparative effort is concretized, crossing sociological, contextual and conceptual aspects and materializing an analysis of contents, concluding that although erring is human, both scholars are negatively facing the error, as something partially opposite to the truth.

**Keywords:** Allan Megill; José Miguel Sardica; Error; Historiography.

## 1. PONTO PRÉVIO: BREVES NOTAS SOBRE A COMPARAÇÃO E O ERRO NA HISTORIOGRAFIA

Este estudo situa-se no domínio da História da Historiografia, procurando cruzar uma abordagem sociológica dos historiadores analisados com a consignação do erro como conceito historiográfico operativo, sem esquecer a historicidade deste, importante para configurar e compreender melhor a forma como Allan Megill e José Miguel Sardica o abordaram.

Esta investigação possui um cariz indiciariamente comparativo. Existem diversas formas de definir este esforço, tornando-se útil a síntese realizada por José d'Assunção Barros.

---

\* CEPESE; CIJVS. babo.dmmbm@gmail.com.

\*\* CITCEM; CIJVS. knunoclio@gmail.com.

Este Autor encara a comparação como uma modalidade, como um método ou até mesmo como um campo de estudos. Embora se tenha consciência dessa abrangência, optámos, deliberadamente, neste artigo, pelas duas primeiras aceções, por permitirem um esforço mais situado e específico, ciente das respetivas limitações, dado que se analisa inicialmente em separado as duas obras referidas de Megill e Sardica<sup>1</sup>. No futuro procuraremos aprofundar a comparação como analogia ou relação íntima entre instâncias distintas, de forma a compreender diferenças e similitudes: a comparação, enquanto atividade cognitiva, é muito complexa, como nota José de Assunção Barros<sup>2</sup>.

Assunção Barros diferencia a atitude comparativa espontânea da História Comparada. Neste trabalho, partimos da primeira para a segunda. No entender deste Autor, Marc Bloch foi pioneiro a teorizar de modo sistemático acerca da comparação, destacando o segundo caminho referido, no Congresso de Ciências Históricas de Oslo, ocorrido em 1928<sup>3</sup>, apontando duas vias possíveis. A primeira privilegia a comparação entre factos semelhantes e ambientes diferentes; a segunda consiste em relacionar sociedades próximas espaço-temporalmente e que se influenciem mutuamente<sup>4</sup>.

Chris Lorenz corroborou recentemente aquela perspectiva, reconhecendo criticamente que a sobreposição de planos ainda existe. Lorenz pugna pela História e Historiografia Comparada, alicerçada numa base internacional e numa história nacional não nacionalista, sublinhando a importância da comparação entre historiografias<sup>5</sup>. É esse exercício que tentaremos desenvolver ao longo deste trabalho; embora sigamos uma via híbrida dos ensinamentos de Bloch, privilegiaremos factos e problemáticas semelhantes em âmbitos e tradições historiográficas distintas, tendo como pano de fundo as obras de Megill e de Sardica.

Por outro lado, estudaremos o erro tendo em conta a diversidade e a simultaneidade de dimensões que pode assumir. Para simplificar, do ponto de vista heurístico, refira-se que pode ser investigado no plano ontológico e epistemológico, não se opondo, na prática, um ao outro.

Numa perspectiva epistemológica, que é a deste artigo e o das principais obras nele estudadas, o erro pode ser encarado como afastamento ou oposição face ao conhecimento e à verdade (absoluta ou relativa). Todavia, também existe o caminho que considera o erro como desvio positivo, falha a ser ultrapassada ou encarada na sua historicidade em qualquer das duas instâncias citadas. Por vezes, estas vias podem ser paralelas ou sobreponíveis.

No que concerne primariamente à perspectiva ontológica, o erro pode ser entendido positiva ou negativamente como errância, périplo ou digressão, sendo que ao nível da ética pode estar ligado a valores com a dignidade, seriedade ou o reverso destas.

---

<sup>1</sup> Estas obras pertencem a contextos historiográficas distintos, o que poderá obrigar a que a comparação decorra mais dessa primeira análise segmentada e se lhe subordine.

<sup>2</sup> BARROS, 2007: 10.

<sup>3</sup> BLOCH, 1928: 15-50.

<sup>4</sup> BARROS, 2007: 13.

<sup>5</sup> LORENZ, 1999: 26.

Relativamente à verdade, essencialmente desde o século XIX, a Filosofia encarou-a de modo sistemático, e ainda hoje algumas dessas tendências ou correntes se mantêm. Por um lado, existe a defesa da verdade como correspondência: as proposições do sujeito cognoscente adequam-se à realidade exterior. Por outro lado, a verdade como coerência sublinha a importância de convicções. Acresce que existe a verdade lógica, sendo esta formal ou informal, albergando, todavia, diversas naturezas e dimensões. A verdade também pode ser encarada como uma construção (construtivismo) ou enquanto consignaço de uma pluralidade de perspetivas (perspetivismo, podendo este ser mais ou menos radical), em relação mais ou menos estrita com as várias visões pós-modernas. Pode fazer-se exercício semelhante no que respeita à diacronia dos tipos de erro e sua expressão na atualidade, mas tal tarefa não cabe no âmbito deste estudo.

Em nosso entender, em *Historical Knowledge*, Megill segue a via construtivista e perspetivista, ou seja, rejeita o empirismo ingénuo e o conhecimento como absoluto, defendendo o erro umas vezes como distante e outras como opostas face a estas duas instâncias. Esta posição de Megill ditou que no nosso trabalho se trate mais diretamente a verdade e o conhecimento, comparando o erro, geralmente, de modo implícito, mas nunca como algo positivo. Por sua vez, a perspetiva epistemológica de José Sardica também associa o erro a um afastamento face à verdade e ao conhecimento, mas de modo mais matizado, podendo ser útil. Todavia, ontológica e eticamente condena o negacionismo, encarando-o como mentira, tal como Megill, que sem se deter sobre o tema, critica veementemente todas as formas de propaganda e manipulação ideológica.

Especificando um pouco mais, importa distinguir, de forma indiciária, o erro de outras manifestações, tendo em conta que as definições destas que escolhemos não são estanques, exclusivas ou únicas, permitindo diversas outras, considerando que a teoria e a prática nem sempre coincidem.

Assim, em nosso entender, o erro pode ser, parcialmente, o oposto da verdade (mas é-o mais claramente da correção), dado que o antagonismo radical face àquela é protagonizado pela mentira e a falsidade, num plano ontológico e ético, enquanto o falso cumpre o mesmo papel numa perspetiva epistemológica. Numa perspetiva diversa, Ruiz Domenèc enfatiza a historicidade de construção de documentos *falsos*<sup>6</sup>.

Concordamos com Bermejo Barrera quando afirma que a mentira pode, em extremo, implicar dizer o contrário do que se pensa, de modo a beneficiar o autor da falsidade e prejudicar, deliberadamente, o seu alvo<sup>7</sup>.

Por seu turno, quanto à confusão, que pode possuir um caráter híbrido, próximo da ambiguidade, Joseph Camp Jr. valida-a, positivamente, como tomada de posição semântica, analisando o *uso semântico da Linguagem Psicológica* e afastando-a das *falsas crenças*<sup>8</sup>. Noutra perspetiva, para Megill, a confusão é sempre negativa, ainda mais do que o erro, enquanto Sardica não se lhe dedica diretamente.

<sup>6</sup> RUIZ DOMENÈC, 2008: 24-27.

<sup>7</sup> BERMEJO BARRERA, 2012: 14.

<sup>8</sup> CAMP JR., 2002: 36-37.

## 2. APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE ALLAN MEGILL: UMA DIALÉTICA ENTRE O PARTICULAR E O UNIVERSAL

Estes apontamentos procuram demonstrar como, de modos diferentes ao longo do tempo, Megill encarou essencialmente o erro como afastamento ou oposição face à verdade e ao conhecimento histórico e historiográfico<sup>9</sup>.

Allan Megill, nascido a 20 de abril de 1947, em uma cidade do norte de Saskatchewan (Canadá), concluiu a sua Licenciatura na Universidade de Saskatchewan (década de 1960), o Mestrado na Universidade de Toronto, em 1970, e o Doutoramento pela Universidade de Columbia, em 1975.

Em agosto de 1974 ingressou na Universidade de Iowa como *Instructor* e no ano seguinte, após concluir o doutoramento, tornou-se Professor Assistente. Aí permaneceu como docente até janeiro de 1991, sendo, posteriormente, promovido a Professor Associado. Além dos vínculos à referida instituição, também estabeleceu laços com a Universidade Nacional Australiana, entre fevereiro de 1977 e fevereiro de 1979, onde foi investigador da unidade de História das Ideias e leitor temporário de Estudos Modernos e Europeus, entre fevereiro e dezembro de 1979.

Ao longo da sua carreira académica tem-se dedicado, essencialmente, a temas relacionados com a História Intelectual, Epistemologia, Filosofia e Teoria da História. Sublinhe-se que o meio relativamente *provinciano* onde passou a infância teve algum peso nos caminhos que trilhou na História Intelectual. Essa sua experiência de vida originou uma tensão entre uma aspiração ao universal e ao particular, sendo este último aspeto o eleito. Todavia, é essencial realçar que Megill nunca colocou efetivamente de parte aquele outro aspeto<sup>10</sup>. Sendo assim, ao seguir a História Intelectual, pôde conciliar e cruzar a apetência pelos acontecimentos com a sua propensão filosófica.

Como se depreende, a escolha da História Intelectual não foi algo acidental. Tratou-se de uma escolha derivada da conjugação dos seguintes aspetos: i) alargamento de horizontes face ao local de nascimento; ii) e o facto de a história canadiana não ter, alegadamente, uma propensão universal. Note-se, aliás, que esta situação levou Megill e outros canadianos a enveredar pelo domínio de estudos referido.

Megill, após terminar a Licenciatura tinha como principais áreas de interesse a História do Canadá — bem como a americana e europeia —, enfatizando nomeadamente dimensões vinculadas à história política e diplomática. Demonstrou ainda uma grande curiosidade pela língua francesa e pelas questões de linguística.

Mais tarde, após concluir o Mestrado, em 1970, com um ensaio intitulado *Utilitarian Themes in Diderot* (alimentado por instigações decorrentes da frequência de seminários acerca da história social e intelectual da França no dealbar da época Moderna, da teoria polí-

---

<sup>9</sup> MEGILL, 2011: 489-510; MEGILL *et. al.*, 2017.

<sup>10</sup> Saliente-se que o gosto de Megill por matérias de pendor mais universal quase o levou a seguir a Licenciatura de Filosofia ou de Economia. Contudo, nos seus tempos liceais, em relação à primeira, não se sentia capaz de vir a produzir argumentos originais e distintos dos desenvolvidos pelos grandes filósofos. Por outro lado, a História permitia a Megill o contacto com assuntos e abordagens mais concretos, propícios ao desenvolvimento de um empirismo que o próprio classifica retrospectivamente como ingénuo.

tica moderna e sobretudo do Iluminismo), preparou uma tese de doutoramento, orientada por Jacques Barzun e Leonard Krieger, cuja defesa se realizou em 1975, na Universidade de Columbia (EUA). A sua tese doutoral (na linha de Geoffrey e Blackburn) intitula-se *The Enlightenment Debate on the Origin of Language and Its Historical Background* e patenteia uma abordagem mais centrada em questões de linguagem do que no historicismo ou na especificidade germânica nesta matéria, uma vez que a questão que norteou a obtenção do grau académico averiguava a hipótese segundo a qual seres humanos sem linguagem poderiam adquirir uma linguagem por si próprios. Megill deu conta de que pensadores do século XVIII como Condillac, Rousseau ou Herder se haviam dedicado a tentar responder a esta interrogação. Acrescente-se que este último trabalhou paralelamente a ideia de história e suas concretizações.

Ao longo da sua carreira académica Megill foi influenciado por vários pensadores, entre os quais se destacam nome como Gayatri Spivak, Paul de Man, Derrida. Ainda assim, e apesar da importância destas personalidades, acresce que, ao mesmo tempo, o autor foi muito marcado pela epistemologia de Thomas Khun, mormente pela obra *The Structure of Scientific Revolutions*, publicada em 1962, mas cujas receção e aplicação se acentuaram na década de 1970 e nas seguintes, sendo *Historical Knowledge, Historical Error* um trabalho que assume uma acentuação da vertente epistemológica, disciplinar e profissional do trabalho dos historiadores, vendo o erro como um obstáculo ao conhecimento.

### 3. ACHEGAS PARA UMA ANÁLISE DE *HISTORICAL KNOWLEDGE, HISTORICAL ERROR*, DE ALLAN MEGILL: EVITAR O ERRO, CONSTRUINDO EVIDÊNCIAS

#### 3.1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL:

*HISTÓRIA INTELCTUAL E HISTÓRIA DAS IDEIAS, A CAMINHO DA EPISTEMOLOGIA*  
Em 2007, em colaboração com Steven Shepard e Phillip Honenberg, Allan Megill publicou *Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary guide to practice*. Trata-se de um trabalho que conjuga, com clareza, Epistemologia e Teoria da História, reunindo artigos publicados anteriormente. Em nosso entender, esta obra, assumidamente epistemológica, é enriquecida sobretudo pela *História Intelectual*, mas também pela *História das Ideias*, por três razões: i) nelas se procura a evidência, encarada como construção, de modo a evitar o erro; ii) a História Intelectual e das Ideias desenvolvida por Megill é marcada por uma forte vertente teórica centrada, progressivamente, nas ideias em detrimento do empirismo e do contextualismo; iii) nos anos 2000 materializou a sistematização epistemológica da História Intelectual e das Ideias, não sendo de estranhar que em 2007 fizesse o mesmo em relação à epistemologia do conhecimento histórico.

A publicação de *Historical Knowledge, Historical Error* realizou-se posteriormente à de *Imagining The History of Ideas* (2000), *Intellectual History and the History of Ideas* (2004) e *Globalization and the History of Ideas* (2005). Saliente-se que a obra em análise neste artigo é predecessora de *Five Questions on Intellectual History*, de 2011, e pode ter contribuído, do

nosso ponto de vista, para o aprimoramento concetual e de sistematização que então se verificou na resposta ao Inquérito de Thorup<sup>11</sup>.

Em *Imagining the History of Ideas* (2000), o autor debruça-se sobre *The Logic of History of Ideas*, de Mark Bevir, enquanto em «Intellectual History and History» se associa ao número monográfico de Dominick LaCapra. No primeiro caso, Megill situa a posição de Bevir mais no interior da História da Filosofia do que na das Ideias, apontando, implicitamente, o desinvestimento de muitos filósofos analíticos relativamente a objetos concretos. No entanto, também elogia o historiador inglês por este evitar um empirismo ingênuo e pela sua posição teórica, ainda que alerte para os perigos da respetiva radicalização, criticando a visão *beviriana* de objetividade, tida como estrita e pouco permeável às suas várias dimensões e sentidos<sup>12</sup>. Relativamente ao segundo caso, Megill considera que LaCapra pugna por uma história intelectual em tensão com a história *tout court*, defendendo um cariz interdisciplinar, portador de uma conjugação entre ideias éticas, jurídicas, filosóficas e religiosas. Megill apoia esta abrangência e parece colocar-se mais do lado de LaCapra na contenda que com ele sustentam alguns historiadores profissionais, centrados apenas nos arquivos e no estatuto que deriva da profissionalização<sup>13</sup>. O historiador canadiano não nega a importância destes, mas critica a rejeição da junção patente no autor de *Tropisms of Intellectual History* entre História, Literatura e Filosofia, assente na salvaguarda do diálogo entre estas instâncias. Megill aproveita a leitura de LaCapra para defender uma história das ideias de feição intelectual, baseada nas ideias articuladas, nas *articulate ideas*, salvaguardando a sua vertente conceptual, subordinando ou até afastando práticas e crenças. Por fim, no artigo intitulado *Globalization and the History of Ideas*, Megill prolonga uma perspetiva seguida anteriormente: a defesa das *articulate ideas*<sup>14</sup>.

### 3.2. ANÁLISE DE CONTEÚDOS E RECEÇÃO DA OBRA

O autor apresenta como principal substrato de *Historical Knowledge*, *Historical Error* a necessidade de argumentar em torno da seguinte interrogação, enunciada no prefácio, *como se pode evitar o erro histórico?*, aparentado implicitamente com as *falácias históricas*, assumindo Megill a inspiração temática que constituiu o esforço de David Hackett Fischer, parcialmente no mesmo sentido, que, em *Historians' Fallacies. Toward a logic of Historical thought*, elaborou uma lista de 112 falácias, divididas em 12 tipos. Existem, contudo, grandes diferenças. Enquanto o esforço deste último é essencialmente lógico, aquele não se cinge nem centra num tratamento cerradamente analítico, abrindo horizontes, como o próprio constata<sup>15</sup>.

No prefácio à obra em análise, o autor aborda a estrutura da investigação, dividindo-a em quatro partes e dez capítulos, centrando-se em quatro núcleos temáticos. A memória (à qual dedica dois andamentos), narrativa e conhecimento (que se desdobra em dois apar-

<sup>11</sup> Os artigos mencionados foram publicados na revista «Rethinking History» (subintitulada *The Journal of Theory and Practice*), à qual Megill tinha ligações.

<sup>12</sup> MEGILL, 2000: 333-338.

<sup>13</sup> MEGILL, 2004: 549.

<sup>14</sup> MEGILL, 2005: 179-187.

<sup>15</sup> MEGILL, 2007: IX.

tados), objetividade e especulação (cuja argumentação ocorre em três momentos) e a Fragmentação (matéria discutida em dois capítulos).

Convém sublinhar que Megill evita um *presentismo* radical na sua abordagem, reconhece o papel fulcral do historiador e do seu presente na construção do conhecimento, mas coloca sérias reservas e entraves vários à ideia da experiência direta do passado. Sem se lhes referir diretamente, rejeita as teorias da «Presença». Sejam de matriz heideggeriana ou materialista, estão erradicadas e afastas, pugnando Megill pela evidência como construção, ao arrepio de um empirismo ingénuo ou de um factualismo, mas não negando a importância de factos ou eventos. Assim, a sua epistemologia da história recusa liminarmente a subordinação e a diluição da história na memória, encarando-a como um erro, aproximando-as, mas conservando as diferenças entre ambas, dado que aquela necessita de um exercício crítico de distanciamento e esta lida com a atualidade. Outro erro consiste em abordar as narrativas apenas ou principalmente como *storytelling*, tratando, em alternativa, as suas dimensões cognitiva e conceptual com dignidade e de modo aprofundado, evitando assim exclusões da narrativa ou narrativismos extremos.

Megill também coloca em causa a identificação de objetividade com um *objetivismo* que entenda aquela como absoluta ou enquanto decalque ou transposição pura e simples da realidade (contestando perspetivas que a naturalizem, instrumentalizem ou, no extremo oposto, a consagrem como metafísica), rejeitando igualmente uma perspetiva que coloque totalmente de parte a especulação, o contrafactual e as conjeturas. Importa ainda sublinhar que Megill denuncia, além disso, a crítica da fragmentação que a tome como pulverização de significados e sentidos ou dispersão sem estabelecimento de relações entre elementos díspares. Megill reconhece esses possíveis obstáculos, mas enfatiza a pluralidade de posições que aquela permite e concita, desde que não caia num relativismo que tudo iguale.

Megill concilia, em nosso entender, a ideia de que não existe uma visão única sobre determinados acontecimentos, com a necessidade de uma *unresolving daialectic*, segundo as suas próprias palavras, que conserva o passado como um *foreign country*, expressão utilizada por David Lowenthal como título de um livro e retomada pelo autor de *Historical Knowledge*, ainda que sem referir este historiador<sup>16</sup>.

Embora não se lhe refira nestes termos, Megill, na primeira parte do estudo em análise, recusa a ideia segundo a qual o historiador deve trabalhar a memória como forma de reparação dos traumas do passado. Pelo contrário, deve auxiliar quem os viveu ou testemunhou através do seu trabalho de crítica de fontes e de construção da evidência.

Megill reforça a ideia de uma *unresolving dialectic* no conhecimento histórico, uma tensão entre o universal e as identidades particulares, própria da verosimilhança que defende para esse conhecimento, evitando erros. Na segunda parte de *Historical Knowledge*, *Historical Error*, o autor, na esteira da interrogação de Louis Mink, pergunta-se se a narrativa histórica possui valor cognitivo em si mesma e responde a esta complexa questão de um modo que demonstra a densidade da tarefa e do objeto de estudo, dado que diz sim e não.

---

<sup>16</sup> MEGILL, 2017: 4.

Para Megill, a narrativa começa por ser uma estória contada cronologicamente e possui princípio, meio e fim. No entanto, a cronologia ou essa disposição não são lineares nem absolutas, nem a narrativa se lhe cinge. No primeiro caso, o discurso intromete-se e, no que concerne à historiografia, a história não se limita a contar estórias, construindo e apresentando perspectivas e pontos de vista<sup>17</sup>.

No entender de Megill, a narrativa pode ser importante na procura de evidência e verdade, desde que estas sejam encaradas enquanto parcelares e relativas e nunca como absolutas. Importa sublinhar que a evidência não é assim tão evidente e que a verdade pode assumir-se como verosímil, sendo por isso importante a história como disciplina no seio de uma comunidade<sup>18</sup>.

No quarto capítulo, o autor defende a articulação estreita entre descrição, que não seja mera exposição cronológica de dados, a explicação (que incorpore explicitação e entendimento das problemáticas em agenda que confira importância primacial à causalidade sem nela se enclausurar, concitando tradições, comprometimentos, interesses e experiências dos historiadores), a apresentação de argumentos e justificação (através da qual os cultores de Clio demonstram como conhecem aquilo que reivindicam conhecer sobre o passado) e a interpretação (que permite a reflexão sobre esse passado no presente e sua relevância para o futuro).

Na terceira parte de *Historical Knowledge*, intitulada *Objetividade e especulação*, Allan Megill, na linha de Thomas Haskell, nega uma visão única, tendencialmente estanque e *monocolor* da objetividade, entendendo-a como a confluência de várias dimensões de natureza diversa, visando a relação profunda entre elas, que congregue diferenças, similitudes e pontos de convergência. O epistemólogo expõe num diagrama os quatro sentidos de objetividade e rejeita o primeiro, ainda que não iluda a sua existência e importância: absoluta, dialética, disciplinar e procedimental.

No capítulo sexto, que alberga um estudo de caso, Megill, em colaboração com Steven Shepard e Phillipp Honenberger, pugna pela inferência abductiva como característica importante no trabalho dos historiadores, que normalmente valorizam a dedução ou a indução. Neste ponto, Megill e os seus colegas sublinham uma operação menos analisada teoricamente que se distingue na procura pela melhor explicação<sup>19</sup>.

No capítulo sétimo, o autor debruça-se sobre a história contrafactual e defende a necessidade da especulação, mormente se esta não for entendida como virtual, ao arripio de certas perceções que a tratam como imaginação descontrolada, podendo assim conduzir ao erro, que se procura evitar<sup>20</sup>.

Na quarta e derradeira parte do seu livro, intitulada *Fragmentação*, o autor encara-a como positiva, desde que implique pluralidade de visões e pluralismo, mas não dissolução e destruição do conhecimento, afastando-se de uma ideia *objetivista* da coerência<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> MEGILL, 2007: 66.

<sup>18</sup> MEGILL, 2007: 96-103.

<sup>19</sup> MEGILL, 2007: 150.

<sup>20</sup> MEGILL, 2007: 153.

<sup>21</sup> MEGILL, 2007: 157-208.

Entendemos que Megill se solidariza, de modo implícito, com a matriz disciplinar de Jörn Rüsen em *Historical Knowledge, Historical Error*. Todavia, perspetivamos essa solidariedade como parcial, mas claramente declarada num artigo que lhe dedicara em 1994, onde expusera as cinco dimensões dessa matriz, elogiando a influência de Khun: carência e interesse cognitivo dos seres humanos pela orientação no tempo; teorias; métodos empíricos; formas de representação; e orientação<sup>22</sup>. Em *Historical Knowledge, Historical Error*, não é destacada a necessidade de orientação temporal, nem conferida tanta relevância quanto aos aspetos metodológicos de Rüsen na pesquisa histórica, ainda que Megill também os considere importantes. Por outro lado, coloca a explicação, a descrição, a justificação, a argumentação e a interpretação mais na estrita dependência da escrita historiográfica.

Conhecemos quatro reações a *Historical Knowledge, Historical Error*, todas provenientes de historiadores americanos em renomadas revistas científicas (situação que parece indiciar um circuito algo fechado, eventualmente decorrente da grande especialização teórica da obra), que poderão ser aprofundadas em ocasiões futuras.

Ainda em 2007, Ellen Fitzpatrick considera o trabalho recenseado *desafiante e estimulante*, salvaguardando o seu investimento epistemológico, assente na vontade elogiada de preservar o passado por si mesmo, na sua historicidade e na função crítica da historiografia, também sublinhada como positiva. Concordamos com esta autora. Inversamente, a historiadora considera negativo o alegadamente excessivo peso da análise megilliana sobre Braudel ou o estudo de caso publicado em *Historical Knowledge*<sup>23</sup>. Não partilhamos destas observações.

Em agosto de 2008, no «Journal of Southern History», John Zammito considera que a obra de Megill em análise terá moderado um discurso pós-moderno anterior, consagrando uma maior vigilância a questões da prática historiográfica e da história como disciplina e profissão, transformando-se num historiador engajado na defesa desta função crítica. Zammito redigiu um texto interessante, mas a questão do pós-modernismo em Megill é muito polémica e complexa, requerendo aprofundamentos futuros, sendo plausível, do nosso ponto de vista, que no início dos anos de 1980 estava mais próximo do pós-modernismo de David Harlan e da «American Historical Review» (defendendo, então, sustentadamente a Retórica nas Ciências Sociais) do que em *Historical Knowledge, Historical Error*<sup>24</sup>.

Por seu turno, Rymond Grew, no outono de 2008, no «Journal of Interdisciplinary History», sublinha a coragem de Megill, que corroboramos, em enfrentar questões teóricas, postura pouco comum em historiadores profissionais. No entanto, para o recenseur existe uma certa dispersão temática no trabalho de Megill. Também convergimos para uma necessidade de maior articulação entre as partes do livro, que se torna, por vezes, demasiado *idiosincrático*, no dizer de Grew<sup>25</sup>.

Finalmente, Aviezer Tucker, na «Revista Isis», em 2009, é o mais crítico dos comentadores do trabalho de Megill em análise. Considera que o seu esforço teve o mérito de defen-

---

<sup>22</sup> MEGILL, 1994: 39.

<sup>23</sup> FITZPATRICK, 2007: 1017-1018.

<sup>24</sup> ZAMMITO, 2008: 807-808.

<sup>25</sup> GREW, 2008: 253-254.

der as práticas dos historiadores profissionais, mas tê-lo-á feito mais com base no senso comum do que numa análise interna e aprofundada de métodos e conceitos, enveredando o autor de *Historical Knowledge* por observações e percepções dos historiadores acerca da escrita do respetivo trabalho, eximindo-se a deter-se com mais atenção sobre os meandros concretos dessa investigação. Tucker tem razão, em nosso entender, ao sublinhar que Megill trabalhou mais as questões da narrativa do que as da pesquisa historiográfica<sup>26</sup>.

#### 4. ALGUMAS NOTAS SOBRE O PERCURSO INTELECTUAL DE JOSÉ MIGUEL SARDICA

José Miguel Sardica é professor agregado e diretor da Faculdade de Ciências Humanas da UCP, onde se doutorou em História, em 2003, sob a orientação de Maria de Fátima Bonifácio<sup>27</sup>.

Tem como áreas de investigação e docência a História de Portugal e Internacional, lecionando numerosas unidades curriculares de Licenciatura, Mestrado e de Doutoramento, com especial incidência nos séculos XIX e XX. É membro do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura e do Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica, do qual é consultor. É, também, colunista e comentador da Rádio Renascença em assuntos de história e de atualidade.

Ao longo da sua carreira publicou cerca de 70 trabalhos em capítulos de livros e revistas científicas e 11 livros sobre variadas temáticas e épocas da História Contemporânea Portuguesa. Desses 11 livros destaca-se a biografia do *Duque de Saldanha e Bolama* (2008); *O século XX português* (2011); *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX* (2013); e *Portugal Contemporâneo. Estudos de História* (2013).

A preocupação com a verdade histórica, cuja base assenta essencialmente numa vertente documental e heurística, está patente em muitos trabalhos de José Miguel Sardica. Por exemplo, em 1997, na sua dissertação de mestrado, intitulada *A Regeneração sob o signo do Consenso. A política e os partidos entre 1851 e 1861*<sup>28</sup>, o historiador defende essa ideia, salvaguardando, no entanto, a obrigação de estabelecer uma compreensão empírica que vá além da simples narração dos factos, em favor da procura do espírito da época. Nessa busca sobressaem algumas reminiscências do romantismo e idealismo, entre Herder e Croce.

*Não confundo, espero, o positivismo da simples recolha e ordenamento cronológico dos factos com aquilo que prefiro chamar compreensão empírica, ou seja, a ideia de entrar no espírito da época que se retrata, adquirindo, por essa via, uma razoável certeza de que aquilo que sobre ela e as suas personagens dizemos é realmente fiel à forma como as sociedades passadas se viam e compreendiam a si mesmas*<sup>29</sup>.

José Miguel Sardica aponta um retorno à história política, em prejuízo de uma visão da história como pura ciência social, enfatizando, alternativamente, a importância dos factos

---

<sup>26</sup> TUCKER, 2009: 209-211.

<sup>27</sup> SARDICA, 2008: 25.

<sup>28</sup> A dissertação de mestrado de José Miguel Sardica encontra-se publicada em SARDICA, 2001.

<sup>29</sup> SARDICA, 2001: 25.

singulares e dos casos concretos e a relevância de uma narrativa que deles dê conta. Nos seus trabalhos parece presente uma perspetiva historiográfica de cariz liberal, mais próxima de *Flaubert do que de Marx*. Ainda assim, o Autor reconhece a necessidade de «evitar que o discurso histórico seja empurrado para o campo da fábula literária ou de ficção acientífica»<sup>30</sup>.

Não deixa de ser significativo que José Miguel Sardica tenha escolhido a Regeneração como tema da sua dissertação de Mestrado (1997), dado que se trata de um período acerca do qual se tem discutido a sua propensão para o desenvolvimento de um progresso essencialmente material. No seu Doutoramento (em 2003), o Autor enveredou por um género historiográfico complexo e controverso, hoje na moda, a biografia<sup>31</sup>. Durante muito tempo, sob influência de uma certa leitura dos «Annales», o género biográfico foi aparentado com sendo uma história factual e cronológica que, segundo este movimento, devia ser evitada. Contudo, historiadores como Lucien Febvre praticaram esse tipo de exercício intelectual em obras como *Rabelais* (1942) e *Martinho Lutero, um destino* (1928), configurando um modo diferente de o encarar, de teor problematizante. José Miguel Sardica parece mais próximo do modo tradicional de conceber a biografia e a narrativa, protegendo-as, todavia, de excessos de imaginação, como o próprio afirma: «A biografia se quiser ser história, não pode pura e simplesmente inventar»<sup>32</sup>. Aliás, a personalidade histórica biografada pelo historiador português foi o Duque de Ávila e Bolama que, em termos ideológicos, se aproximou da facção mais conservadora dentro do liberalismo português, o cartismo, tornando-se opositor ao governo progressista que tomou o poder em setembro de 1836, na sequência da Revolução de Setembro.

Os mesmos pressupostos defendidos pelo Autor em *Verdade e Erro em História*<sup>33</sup> que analisamos de seguida, também estão patentes noutros trabalhos da sua autoria, como é o caso de uma Oração de Sapiência que proferiu a 7 de fevereiro de 2009.

Nessa oração Sardica vinca uma máxima: a História não pode ser considerada uma ciência: não tem leis, como a Matemática ou a Física. A História é, em primeiro lugar, um saber. Porém, apesar de acientífica, impõe-se a necessidade de traçar uma linha divisória entre esta e a ficção, da literatura e do pós-modernismo<sup>34</sup>.

Desta forma, o Autor defende o conhecimento histórico não arbitrário, sem estatuto absoluto ou intemporal. É neste contexto que ganham relevo as afirmações «empiricamente verificáveis», sustentadas numa clara «evidência documental» e «consistência do argumento»; e que simultaneamente denotem uma criteriosa seleção de documentos e bibliografia<sup>35</sup>.

*Seleccionar um tema, um tempo e um espaço cujo conhecimento esclareça e enriqueça quem somos; separar, nas fontes, a informação verdadeira e a informação falsa; estabelecer, na escrita, o possível e o verosímil, sujeitando o enredo e o impossível*<sup>36</sup>.

<sup>30</sup> SARDICA, 2007: 1094.

<sup>31</sup> A tese de doutoramento de José Miguel Sardica (2003) foi publicada em 2008 pela «Colecção Parlamento» (vd. SARDICA, 2008).

<sup>32</sup> SARDICA, 2008: 22.

<sup>33</sup> SARDICA, 2015.

<sup>34</sup> SARDICA, 2009: 153.

<sup>35</sup> SARDICA, 2009: 154.

<sup>36</sup> SARDICA, 2009: 157.

Apesar de o Autor não abdicar de factos históricos rigorosos e comprováveis, apontamos o mérito da «arte de narrar com beleza literária suficiente para cativar o leitor»<sup>37</sup>. Dessa maneira, será possível retirar a História do «gueto académico» onde se acha acantonada<sup>38</sup>. Tal atitude permitirá que: 1) a história abranja um público mais alargado; 2) que os nossos concidadãos adquiram consciência do seu passado histórico; 3) que se combata a miséria e ignorância histórica; 4) e que se retire à História os abusos que se fazem em seu nome, principalmente aqueles que fomentam a ignorância e o erro maldoso<sup>39</sup>.

#### 4.1. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE *VERDADE E ERRO EM HISTÓRIA*

O livro *Verdade e Erro em História* de José Miguel Sardica é um ensaio estruturado em oito partes, onde, para além da Introdução e da Conclusão o Autor debate os seguintes aspetos: «A forma e o conteúdo da narrativa histórica»; «O processo e o progresso do conhecimento histórico»; «Verdade e erro em História»; «Os desafios e os problemas do pós-modernismo historiográfico»; «Erro doloroso e mentira factual: o caso do negacionismo do Holocausto»; e «Pós-modernismo, negacionismo e empirismo envergonhado».

Ao longo do texto, José Miguel Sardica apresenta elogios e críticas. Elogia a visão clássica de fazer História, indicando que esta produz verdades e rejeita a arbitrariedade e o ficcionismo. Esboça, assim, uma crítica ao pós-modernismo e, sobretudo, ao negacionismo histórico. Contudo, e como o Autor frisa noutros trabalhos, a sua visão clássica de fazer história vai muito além de um positivismo simples (i.e., de uma recolha e ordenamento cronológico de factos); a sua metodologia de trabalho foca-se numa «compreensão empírica», de forma a «entrar no espírito» da época que se retrata, adquirindo, por essa via, uma razoável certeza de que aquilo» que escreve «é realmente fiel à forma como as sociedades passadas [...] viam e compreendiam esse tempo»<sup>40</sup>.

No que respeita ao pós-modernismo, o Autor indica que se trata de uma corrente historiográfica que rejeita o uso de fontes e que nega a existência de factos. Esta metodologia de trabalho refuta a legalidade do passado histórico, mesmo que se trate de uma realidade empiricamente comprovada<sup>41</sup>.

José Miguel Sardica, de forma a sustentar os seus pontos de vista relativos ao pós-modernismo, socorre-se de vários autores, dando especial destaque a Maria de Fátima Bonifácio. Trata-se de uma historiadora opositora da referida corrente historiográfica, considerando-a um «terrorismo epistemológico»<sup>42</sup>. Tal caracterização deve-se à forma como o pós-modernismo estuda a realidade histórica sem se preocupar em averiguar a verdade: visa unicamente arrancar a História a todas as balizas de veracidade e da realidade, derrubando todos os fundamentos metodológicos que definem a disciplina<sup>43</sup>.

<sup>37</sup> SARDICA, 2009: 154.

<sup>38</sup> SARDICA, 2007: 1094.

<sup>39</sup> Cf. SARDICA, 2009: 155.

<sup>40</sup> SARDICA, 2001: 25.

<sup>41</sup> SARDICA, 2015: 39-41.

<sup>42</sup> *Apud* SARDICA, 2015: 41, nota 40. Veja-se algumas das críticas que Maria de Fátima Bonifácio tece em relação ao pós-modernismo em BONIFÁCIO, 1999: 11-28.

<sup>43</sup> SARDICA, 2015: 41.

Apesar das grandes limitações que o Autor nos apresenta acerca do pós-modernismo, também lhe traça um elogio, nomeadamente no que respeita à sua forma de escrita solta e atrativa. Dessa forma, os textos historiográficos poderiam fugir ao estilo académico, «procurando, assim, um discurso próximo do senso comum, mais humano e universalmente perceptível», como referiu na biografia do Duque de Ávila<sup>44</sup>. Contudo e apesar de defender uma escrita mais solta, salienta sempre que esta deve ser elaborada com base em «afirmações empiricamente verificáveis», sem dispensar a «evidência documental» e a «consistência do argumento»<sup>45</sup>.

Por sua vez, o negacionismo histórico, é encarado pelo Autor como a consequência mais negativa e perigosa do pós-modernismo, porque se trata de uma ação de negar e não de reconhecer um facto como verdadeiro. De forma a explorar este conceito, José Miguel Sardica dá-nos como o caso da negação do Holocausto, do qual falarei um pouco mais adiante<sup>46</sup>.

Terminada esta primeira abordagem a *Verdade e Erro em História*, iremos dar ênfase a dois dos capítulos que mais se evidenciam: 1) «Verdade e Erro em História»; 2) «Erro doloroso e mentira factual [...]».

No capítulo «verdade e erro em História», o Autor expõe o que é um erro em História e o quanto ele pode ser prejudicial, referindo mesmo que o «erro não mata, mas mói». Quer isto dizer que havendo um erro em história nos tornamos piores conhecedores da realidade passada e, em muitos casos, de uma forma enganosa<sup>47</sup>.

Sendo assim, ficamos colocados numa situação propícia à repetição de erros passados, tanto a nível político, como económico, social e até mesmo civilizacional. Além disso, também nos impedem de observar os bons exemplos e deles colher putativas soluções, devido a ficarmos culturalmente empobrecidos e amnésicos.

Por sua vez, no que respeita ao capítulo «Erro doloroso e mentira factual [...]», o Autor escreve que existem «ficções disfarçadas de história», pois «repousam em erros graves»<sup>48</sup>. Dessa forma, a salvaguarda da memória coletiva, da ética e da moralidade, ou simplesmente de cidadania, ficam seriamente em perigo.

O exemplo que Sardica usa para reforçar o seu ponto de vista é o Negacionismo do Holocausto, aspeto que deixámos em aberto anteriormente. Trata-se de uma teoria que muito «pouco tem a ver com história», mas que se relaciona intimamente com questões políticas, na medida em que aponta que os acontecimentos associados àquele genocídio se tratam de um grande embuste criado pelos Aliados de forma a denegrir a imagem da Alemanha Nazi<sup>49</sup>.

O negacionismo, enquanto corrente ahistoriográfica, tem como metodologia de trabalho os seguintes aspetos: 1) fazer tábua rasa das mais elementares noções deontológicas da academia ou de rigor histórico; 2) aceitar documentos que sabem que são falsos; 3) fabricar documentos de conteúdo coerente e de acordo com as ideias que querem apresentar;

<sup>44</sup> SARDICA, 2008: 21; SARDICA, 2015: 53.

<sup>45</sup> SARDICA, 2009: 154.

<sup>46</sup> Cf. SARDICA, 2015: 55.

<sup>47</sup> Cf. SARDICA, 2015: 30.

<sup>48</sup> SARDICA, 2015: 55.

<sup>49</sup> Cf. SARDICA, 2015: 55-58. Um dos negacionistas mais «famosos» é David Irving.

4) denegrir fontes credíveis; 5) manipular imagens; 6) produzir traduções enganosas; e 6) truncar ou descontextualizar citações de forma a moldarem-nas aos objetivos que visam<sup>50</sup>.

#### 4.2. O ERRO ENQUANTO NEGATIVO DA VERDADE: PISTAS SOBRE O AFASTAMENTO DA IDEIA DE ERRO COMO ACERTO

Errar é inerente à condição humana; mas, simultaneamente, também é a sua maior fonte de aprendizagem e de inovação. Em certos casos erra-se involuntariamente, noutros por pura deliberação, rompendo-se com inúmeros princípios éticos e morais: «tudo me é lícito, mas nem tudo me convém»<sup>51</sup>. Sendo assim, o erro pode, e deve, ser encarado como um precioso indicador da necessidade de repensar tanto as estratégias como as ações.

Na verdade, é disto que Sardica nos fala. Fala-nos dos erros, das suas falsas verdades, das negligências daí resultantes (v.g., negacionismo); e das soluções apresentadas ao historiador. Destaca-se, assim, na nossa opinião, a erudição e evidência documental: disposições capazes de colocar o erro no natural processo de acerto e de inovação.

No entender de José Miguel Sardica o erro é considerado sobretudo o resultado de um processo heurístico, encontrando-se sobretudo dependente da pesquisa documental, avultando como ponto de convergência ou chegada de falsificações, mentiras ou inexatidões, cobrindo portanto um amplo espectro apresentado pelo próprio autor numa lógica gradativa do profundo para o superficial: «o problema das fontes [...] foi sempre central no saber histórico: [...] alertavam-nos para as mentiras, falsificações ou inexatidões dos documentos que podiam levar o historiador ao erro»<sup>52</sup>.

Para José Miguel Sardica os referenciais heurísticos são de tal modo importantes que funcionam como diapasão que contribui para a afinação e avaliação do trabalho historiográfico, determinando largamente a sua utilidade e o seu eventual potencial inovador, surgindo o erro como um dos principais elementos de aferição da qualidade do ofício do historiador, ou derradeira pedra de toque desse trabalho, no dizer do autor: «Sem referenciais heurísticos, nenhuma obra de história pode ser considerada [...] verdadeira ou falsa, certa ou errada»<sup>53</sup>.

O erro é analisado na confluência de vertentes que José Miguel Sardica aponta como critérios, mas que, em nosso entender, podem ser consideradas dimensões ou características. O autor encara o erro como um perigo ou risco, utilizando estes mesmos termos, que tanto podem estar associados a catástrofes naturais como a juízos morais. Esta é uma interpretação nossa, dado que o autor não refere nem as primeiras nem os segundos, situando-se muito longe da ponto de vista que perspetiva o erro como necessidade, vantagem, forma de construção de conhecimento, itinerário, travessia, errância, incerteza, hesitação, falha ou lacuna transitória utilizando apenas o termo, que não chega a conceptualizar sistematicamente, de modo depreciativo, entendendo-o como o contrário da verdade científica, em

---

<sup>50</sup> Cf. SARDICA, 2015: 59-60.

<sup>51</sup> Coríntios, 6: 12.

<sup>52</sup> SARDICA, 2015: 26-27.

<sup>53</sup> SARDICA, 2015: 28-29.

defesa da qual alinha retoricamente por um discurso que, revestindo-se de uma natureza metodológica e epistemológica, não deixa de comportar uma dimensão axiológica e ética, ou até moral, portador de um pendor existencial, procurando comparar o erro em história com o existente noutros domínios: «a existência e a consciência do risco do erro obrigam-nos a estarmos atentos e alertas»<sup>54</sup>.

José Miguel Sardica escalpeliza a análise do memorando de Hossbach (de novembro de 1937) realizado por A. P. Taylor, que o considerou uma lenda. O historiador português crítica duramente o negacionismo em relação ao Holocausto, avultando o erro como manipulação voluntária, falsificação e mentira, de carácter letal e não apenas como falha ou desvio.

*O memorando Hossbach (versão de 1946) contava uma história que não acontecera, mas que desde Nuremberga ganhara foros de ortodoxia incontestável — e ao mentir ou falsear, provocara um erro interpretativo em todos os que nele tinham acreditado*<sup>55</sup>.

No imediato, José Miguel Sardica afasta-se do pós-modernismo quase em bloco, pelo respetivo relativismo, aproximando-o da ficção ou do romance histórico, repudiando as suas versões mais radicais, mas sem citar nunca nomes, percursos, obras, algo de que possivelmente fará em trabalhos futuros e que resulta, em nosso entender, imprescindível.

*As problemáticas do facto, da verdade e do erro são estranhas ao pós-modernismo, pelo menos as versões mais radicalmente relativistas deste [...] Neste horizonte, não há crivo pelo qual julgar se a obra de história que lemos é boa ou má [...]*<sup>56</sup>.

José Miguel Sardica clarifica a sua posição epistemológica, em nosso entender próxima de Gertrude Himmelfarb, de Maria de Fátima Bonifácio e do retorno da velha história política, filiando-se, segundo as suas próprias palavras, explicitamente numa *história modernista*. Efetivamente, José Miguel Sardica nunca desliga o erro da verdade e acaba por eleger a dimensão factual no excerto que se segue:

*Sem a modéstia (que não é autoapagamento), ou sem a prudência (que não é a abordagem acrítica), de considerar que só é possível chamar história ao discurso que fala de factos passados, para deles extrair verdades e eliminar erros, o historiador deixa de existir e terá de passar a chamar-se outra coisa qualquer. Acresce que o problema da verdade e do erro não é um exclusivo da historiografia: é comum a todos os ramos do conhecimento humano [...]*<sup>57</sup>.

## 5. CONCLUSÕES

Torna-se temerário comparar visões acerca do erro provenientes de historiadores de gerações diferentes, de países distintos e tradições díspares, ainda que Sardica se aproxime mais *latu sensu* de uma perspetiva anglo-saxónica do que dos «Annales», mormente da sua segunda

---

<sup>54</sup> SARDICA, 2015: 30.

<sup>55</sup> SARDICA, 2015: 36.

<sup>56</sup> SARDICA, 2015: 52.

<sup>57</sup> SARDICA, 2015: 82.

geração a de Braudel. Por seu turno, Megill também é mais influenciado por uma história das ideias simultaneamente americana e europeia do que pelo movimento *annaliste*, sobre o qual reflete, salvaguardando a relevância conferida por alguns dos seus representantes à problematização em História. Todavia, tanto Megill como Sardica consideram que a narrativa é fundamental no conhecimento histórico, de modo a evitar o erro. Contudo, afirmam-na de modos assaz diferentes. O primeiro segue parcialmente a Filosofia Analítica, afastando-se da linha mais dura de Hempel e das suas *Covering Laws* e aproximando-se de Mink ou Gallie, enquanto José Miguel Sardica segue mais na linha de Lawrence Stone e de autores já referidos como Gertrude Himmelfarb ou Fátima Bonifácio, salvaguardando sobretudo o estilo da *story* contada, as suas implicações causais e a vertente explicativa de um conhecimento alicerçado numa verdade não absoluta, empiricamente comprovável.

Em nosso entender, tanto Allan Megill como José Miguel Sardica procuram relacionar verdade e erro, considerando-os em função da prática historiográfica, para ambos importantes. Em qualquer dos casos, os dois esforços intelectuais presentes em *Historical Knowledge*, *Historical Error* e *Verdade e Erro em História* parecem convergir para a construção de Guias e Instrumentos de Estudo para os alunos. Todavia, enquanto Megill aprofunda analiticamente, num trabalho epistemológico denso, quatro funções da narrativa — explicação, descrição, justificação/argumento e interpretação —, José Miguel Sardica pratica sobretudo a primeira e a terceira sem as abordar teoricamente, defendendo também a necessidade da quarta dimensão e concretizando um esforço que possui um teor epistemológico, sobretudo por via de reflexões de cariz metodológico. Já o caminho de Megill patenteia uma natureza marcadamente conceptual. Muitos consideram o seu pensamento pós-moderno. No entanto, essa afirmação deve ser muito matizada ou até negada, dado que o Autor se afasta das vertentes não epistemológicas do pós-modernismo, também criticadas por Sardica (que repudia a diluição da História na ficção ou na literatura), rompendo aquele liminarmente com essas perspetivas defendida por autores como Keith Jenkins ou Beverley Southgate. Todavia, em seu entender, também são de afastar visões radicalmente *internalistas* da narrativa, conciliando alternativamente a narrativa por si própria com a necessidade de um referente exterior, mais na linha de Ricœur, De Certeau, ou até de um certo Foucault do que de White ou Ankersmit, mas esta é matéria para futuras comunicações.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, José d'Assunção (2007) — *História Comparada – Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico*. «História Social», n.º 13. Campinas: [s.n.], p. 7-21.
- BERMEJO BARRERA, José Carlos (2012) — *La consagración de la mentira. Entre la realidad y el silencio*. Madrid: Siglo XXI.
- BLOCH, Marc (1928) — *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. «Revue de Synthèse Historique», vol. 6, p. 15-50.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1999) — *A narrativa na «época pós-histórica»*. «Análise Social», vol. 34, n.º 150, p. 11-28.
- CAMP JR., Joseph L. (2001) — *Confusion. A study in the theory of knowledge*. Massachusetts: Harvard University Press.

- FEBVRE, Lucien (1928) — *Un destin: Martin Luther*. Paris: Rieder.
- \_\_\_\_ (1942) — *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle: la religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel.
- FITZPATRICK, Ellen (2007) — *Review of Historical Knowledge, Historical Error. A Contemporary Guide to practice, by Allan Megill*. «The Journal of American History», vol. 94, n.º 3, p. 1017-1018.
- GREW, Raymond (2008) — *Review of Historical Knowledge, Historical Error. A Contemporary Guide to practice, by Allan Megill*. «The Journal of interdisciplinary History», vol. 39, n.º 2, p. 807-808.
- LORENZ, Chris (1999) — *Comparative Historiography: Problems and Perspectives*. «History and Theory», vol. 38, n.º 1, p. 25-39.
- MEGILL, Allan (1979) — *Foucault, Structuralism, and the Ends of History*. «The Journal of Modern History», vol. 51, n.º 3, p. 451-503.
- \_\_\_\_ (1994) — *Jorn Rusen's Theory of Historiography between modernism and Rhetoric of inquiry*. «History and Theory», vol. 33, n.º 1, p. 39-60.
- \_\_\_\_ (2000) — *Imagining the History of ideas*. «Rethinking History. The Journal of Theory and Practice», vol. 4, n.º 3, p. 333-340.
- \_\_\_\_ (2004) — *Intellectual History and History*. «Rethinking History. The Journal of Theory and Practice», vol. 8, n.º 4, p. 549-557.
- \_\_\_\_ (2005) — *Globalization and the History of Ideas*. «Journal of History of Ideas», vol. 66, n.º 2, p. 179-187.
- \_\_\_\_ (2011) — *Five questions on Intellectual History*. «Rethinking History. The Journal of Theory and Practice», vol. 15, n.º 4, p. 489-510.
- MEGILL, Allan & SHEPARD, Steven & HONENBERG, Phillip (2007) — *Historical Knowledge, Historical Error. A Contemporary guide to practice*. Chicago: The University of Chicago Press.
- RUIZ-DOMENÈC, José Enrique (2008) — *Sobre lo falso en História*. «Letras Libres», n.º 84, p. 24-27.
- SARDICA, José Miguel (2001) — *A regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- \_\_\_\_ (2007) — *Flaubert ensina mais do que Marx*. «Análise Social», vol. 42, n.º 185, p. 1083-1103.
- \_\_\_\_ (2008) — *Duque de Ávila e Bolama: biografia*. Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_ (2009) — *História, vida, liberdade e responsabilidade*. «Comunicação e Cultura», n.º 8, p. 151-160.
- \_\_\_\_ (2011) — *O século XX português*. Alfragide: Texto Editores.
- \_\_\_\_ (2013) — *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- \_\_\_\_ (2013) — *Portugal Contemporâneo. Estudos de História*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- \_\_\_\_ (2015) — *Verdade e Erro em História*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- TUCKER, Aviezer (2009) — *Review of Historical Knowledge, Historical Error. A Contemporary Guide to practice, by Allan Megill*. «ISIS», vol. 100, n.º 1, p. 209-211.
- ZAMMITO, John (2008) — *Review of Historical Knowledge, Historical Error. A Contemporary Guide to practice, by Allan Megill*. «Journal of Southern History», vol. 74, n.º 3, p. 807-809.

